



Passado inútil e cruel: o tempo no romance *O Mulato* (1881), de Aluísio Azevedo.

Clarissa Pesente¹

Recebido em: 31/03/2019

Aceito em: 25/05/2019

RESUMO

O romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, é publicado em 1881, apresentando uma imagem bastante desfavorável da província do Maranhão daquele tempo. O presente artigo analisa como uma concepção específica de tempo é construída ao longo da narrativa e mobilizada numa crítica a determinados setores da sociedade maranhense.

Palavras-chave: *O Mulato*. Aluísio Azevedo. Tempo.

Passé inutile et cruel: le temps dans le roman *O Mulato* (1881), d'Aluísio Azevedo.

RESUMÉ

Le roman *O Mulato*, d'Aluísio Azevedo, est publié en 1881 et présente une image très défavorable de la province de Maranhão de cette époque. Le présent article analyse comment une conception spécifique du temps est construite au long du récit et mobilisée dans une critique de certains secteurs de la société du Maranhão.

Mots-clés: *O Mulato*. Aluísio Azevedo. Temps.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: clarissapesente@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3399737282710526>.



1 INTRODUÇÃO

Aluísio Azevedo publicava, em 1881, pela tipografia do jornal maranhense *O País*, o romance naturalista *O Mulato*. O enredo se desenvolve em torno da personagem de Raimundo, que, após ter passado praticamente toda a sua vida em Portugal, se vê diante da necessidade de retornar à sua província natal, São Luís, para resolver assuntos de herança. Raimundo desconhecia suas origens: do pai, sabia apenas que este era um homem de posses que morrera ainda em sua infância; da mãe, nada sabia. É somente próximo ao desfecho que lhe é revelado que ele era filho de umas das escravas de seu pai e de que, portanto, carregava a pecha de mulato.

A única referência familiar de Raimundo era um tio, Manoel, que o receberia no Maranhão. Quando chega a São Luís, Raimundo causa certa agitação entre os provincianos: todos faziam comentários em relação à sua aparência, especulavam sobre quem ele seria e inventavam uma série de histórias a seu respeito. “E assim ia Raimundo, sendo inconscientemente o alvo de mil comentários, juízos temerários e estúpidas conjecturas” (AZEVEDO, 1881, p. 139).

Além de ociosa e fofoqueira, a província também se mostra preconceituosa. Tendo sido informado de que todos eram muito hospitaleiros, Raimundo estranhava que as pessoas parecessem tão constrangidas em sua presença e que ninguém o convidasse para os bailes. Só quando descobre que era filho de uma escrava, que era “forro à pia”, que a personagem entende o motivo de tal tratamento.

Isso que forneceu assunto para gordas palestras nas portas de botica, isso que foi comentado em toda província, desde a sala mais pretensiosa, até a quitanda mais reles, isso que fechou muitas portas a Raimundo e criou-lhe inimizades (AZEVEDO, 1881, p. 135).

O caráter da província vai sendo desenvolvido e demonstrado por meio da atuação de uma série de personagens – em sua grande maioria, parentes e amigos de Manoel. Temos Maria Bárbara, uma senhora que, apesar de extremamente religiosa e supersticiosa, não via problema em possuir escravos e maltratá-los; Ana Rosa, uma moça volúvel, enfermiça e tola, por nunca ter deixado a província; Diogo, um cônego que se aproveita de sua posição na Igreja para manipular as demais personagens de maneira a alcançar seus escusos interesses.



Essas personagens orbitam e atuam sobre a trama central, que é a relação de amor que se desenvolve entre Raimundo e a prima Ana Rosa, filha de Manoel, e a impossibilidade de o casamento dos dois ser aceito pela família da moça e pela sociedade maranhense, em função da condição de mulato do rapaz. Após uma tentativa malsucedida de fuga do casal, Raimundo é morto a mando de Diogo, cônego do local e conselheiro de Manoel.

Tanto o conteúdo do romance quanto sua divulgação parecem estar associados ao envolvimento de Aluísio Azevedo com a imprensa do Maranhão. Azevedo contribuía com crônicas para o jornal *O Pensador* – desde sua fundação, em 1880 –, participando ativamente do programa anticlerical² a que o jornal se propunha. Esse programa fora exposto no artigo de abertura do jornal – que se intitulava “órgão dos interesses da sociedade moderna” – nos seguintes termos:

Nosso programa é extenso como o pode ser a esfera do pensamento humano. Pensamos, e pensar é fazer o bem, porque pensar é ser livre, e ser livre é ser bom. Pensar é o contrário de crer. A Igreja crê, e nós pensamos. A Igreja crê, porque sonha a escravidão universal. Nós pensamos porque sonhamos a liberdade da espécie humana. Vós, padres de Roma credes, porque explorais a mina da credulidade. Nós pensamos porque queremos devassar os mundos em que existem os germens dessas grandes ideias que se chamam direito, justiça e liberdade. Vós quereis ser úteis a vós mesmos: nós procuramos sê-lo aos nossos concidadãos. Tal é o programa do Pensador: pensar e só pensar. Pensar é rasgar os horizontes do porvir (AZEVEDO, 1881, p. 2)

Em suas crônicas, Aluísio Azevedo posiciona-se abertamente contra as instituições que, segundo ele, eram responsáveis pelo atraso moral, intelectual, e artístico da província: a Igreja, a monarquia e a escravatura. Somente a abolição dessas instituições poderia colocar o Maranhão e o próprio país nos trilhos da civilização. Por meio de suas críticas a algumas obras – glossários, romances, peças de teatro – que circulavam no Maranhão, temos também acesso a algumas das concepções do romancista acerca da arte e de sua função social.

A palavra escrita que antigamente era um instrumento de poetas lamuriosos e de novelistas piegas e imorais, serve hoje para demonstrar um fato, desenvolver uma tese, discutir um fenômeno. O escritor tem obrigação de ser consciencioso, breve, preciso, porque já não escreve para mostrar seu estilo e sim para expor seu modo de pensar sobre qualquer objeto, sobre qualquer questão, sobre qualquer indivíduo.

O próprio romance, tão fútil até aqui, quando hoje não se propõe discutir uma tese, demonstrar um fato, bater um preconceito, analisar um artigo do código, ou fazer qualquer coisa séria e útil, embora esteja ele bem escrito, há de passar desapercibido e cair por fim no artigo das nulidades (AZEVEDO, 1880, p. 4).

² Para um panorama da contenda entre Aluísio Azevedo e os clérigos do Maranhão por meio da imprensa, consultar: MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo e a polêmica d'O Mulato*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.



Em crônica de novembro de 1881, ao falar do compositor e músico francês Offenbach, que havia morrido no mês anterior, Aluísio Azevedo elogia sua capacidade de expor as instituições bolorentas ao ridículo, de pôr “o velho mundo em trajes menores”, de satirizar “os padres, os nobres, os burgueses, os preceptores, os pedantes, os mitológicos, a ciência acadêmica, os poltrões do exército e toda a metafísica das letras, da ciência e das artes antigas” (AZEVEDO, 1880, p. 4).

Pode-se dizer que *O Mulato* participa de uma intenção de pôr o Maranhão “em trajes menores”, de expor a hipocrisia e a imoralidade que, segundo a obra, eram características dessa província. Azevedo fez questão de deixar claro que seu romance fazia alusão a situações e pessoas reais, tanto por meio da epígrafe do romance – “Eu conto o caso como foi...” (AZEVEDO, 1881, p. 3) – quanto da afirmação de que o grande vilão da narrativa, o cônego Diogo, correspondia ao Monsenhor João Mourão, figura conhecida no Maranhão (MOTELLO, 1975, p. 27-28).

Além de afirmar que pessoas reais eram encontradas no interior do romance, Aluísio Azevedo leva sua personagem principal, o mulato Raimundo, para a realidade exterior, tornando menos nítidas as fronteiras entre realidade e ficção. Próximo à publicação do livro, como parte de sua divulgação, *O Pensador* veicula a seguinte notícia: “Acha-se entre nós o Doutor Raimundo José da Silva, distinto advogado que partilha de nossas ideias e propõe-se a bater os abusos da Igreja – Consta-nos que há certo mistério da vinda desse cavalheiro” (SOROR POMPADOUR, 1881, p. 3).

Desde o trabalho de Josué Montello, que analisa toda a contenda que se formara na imprensa entre Aluísio Azevedo e os clérigos maranhenses, não é novidade interpretar a narrativa de *O Mulato* a partir da consideração de que ela representava uma crítica direta, por meio de recursos ficcionais, aos setores tradicionais daquela sociedade.

O que o presente trabalho procura não é insistir nesse caráter de crítica da obra, mas enriquecer a interpretação dessa crítica a partir da análise do elemento do tempo. O artigo também se insere nos esforços dos historiadores em dialogar com o domínio da literatura, considerando que as narrativas ficcionais levantam questões caras à História – como a própria questão da temporalidade –, por mais que os discursos historiográfico e literário tenham suas especificidades e recorram de maneira diferente aos expedientes narrativos.



Foi notado, ao longo do processo de análise, que a concepção de tempo apresentada no romance, escrito em fins do século XIX, dialogava com uma noção muito específica de temporalidade forjada no seio da experiência moderna ocidental.

Assim, antes de analisar como tempo é concebido e estruturado na narrativa de *O Mulato* – aliás, com vistas a enriquecer essa análise – vamos recorrer a uma reflexão acerca dessa experiência, em especial a partir dos estudos de Reinhart Koselleck e de seu conceito de tempo histórico.

2 TEMPO E MODERNIDADE

De repente (de fato é assim que as coisas acontecem), chegaram os ímpios, os blasfemadores: os modernos que haviam derrubado o altar dos deuses antigos. E eis que essa simples palavra, moderno, passou a ter um valor inusitado: fórmula mágica que conjurava a força do passado (HAZARD, 2015, p. 45).

Os estudos de Reinhart Koselleck são de grande auxílio para a compreensão desse fenômeno da modernidade que, segundo Paul Hazard (2015), autor do trecho com o qual abrimos essa seção, configurava uma *crise da consciência europeia*. Koselleck (2006) considera o tempo não em sua dimensão externa, objetiva e imperiosa, mas também como uma estrutura interna à própria experiência humana, o que abre caminho para a apreensão e o estudo de diferentes concepções de tempo – e de passado, presente e futuro – que se desenvolveram ao longo da história.

Um conceito central construído por Koselleck (2006) é o de *tempo histórico*, definido como a articulação entre as categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*³. A primeira categoria diz respeito ao passado incorporado ao presente, aquilo que é rememorado como passado. Já a segunda faz alusão àquilo que se espera ou se prevê para o futuro: aquilo que *ainda* não pode ser visto, mas que *já* pode ser contemplado no horizonte.

O autor concebe essas categorias como instrumentos antropológicos – universais, anteriores às experiências sociais – de apreensão do mundo e da temporalidade. Essas categorias permeariam tanto a história concreta dos homens, no sentido em que orientam a maneira pela qual pensam e agem, quanto a maneira de entendê-la. Nas palavras do autor, “As condições da possibilidade da história são, ao mesmo tempo, as condições de seu conhecimento” (KOSELLECK, 2006, p. 308).

³ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, trad. de W. P. Maas e C. A. Pereira, Rio de Janeiro, Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.



Por mais que *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* sejam categorias antropológicas, a articulação entre elas seria histórica, variando no tempo e no espaço. Segundo as observações de Koselleck, um modelo de articulação advindo da Antiguidade se conservaria praticamente ileso até o século XVIII. Neste modelo, as duas categorias estariam muito próximas, quase sobrepostas, com as expectativas futuras sendo limitadas pelas experiências já adquiridas.

O tempo na Antiguidade era então entendido como um *continuum*. A ideia de constância da natureza humana – ligada à de imutabilidade dos valores morais – permitia que as experiências adquiridas no passado oferecem ensinamentos considerados válidos para instruir as ações no presente. É nesse sentido que a história, considerada *mestra da vida*, tinha como função oferecer um conjunto de casos exemplares, um repertório de experiências passadas ao qual os homens do presente pudessem recorrer.

Na posterior tradição cristã, a antiga circularidade daria lugar a uma noção de tempo linear, que organizaria a história dos homens em função dos desígnios divinos e a orientaria para o Juízo Final. Essa mudança, porém, não seria suficiente para romper com a ideia de repetição da vida terrena, em especial porque a linearidade cristã lançava toda a expectativa de mudança para o porvir divino, para o mundo pós-apocalíptico.

Esse princípio da história como fonte de proveito teria atravessado os séculos, se manifestando até na literatura de prognósticos políticos que se desenvolveu nas cortes europeias do século XVII. Koselleck (2006, p. 32) observa que, por mais que o cálculo político tivesse se despojado dos antigos julgamentos morais e de que a ideia do porvir já tivesse se despido de sua dimensão divina, cabendo aos homens o planejamento do futuro, este século ainda não ultrapassaria o “horizonte da experiência calculável”. A própria ideia de cálculo racional supunha que a experiência fosse um guia ainda válido, implicava, nas palavras do autor, “um diagnóstico capaz de inscrever o passado no futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 36).

O quadro começaria a se alterar significativamente a partir da segunda metade do século XVIII, com o surgimento de um novo modo de articular experiência e expectativa e de uma nova concepção de história. No modelo antigo, estabelecia-se paralelos entre as situações presentes e as passadas, com vistas a buscar os ensinamentos na tradição. Na modernidade, entende-se os acontecimentos passados como únicos, singulares, não passíveis de repetição.



Sendo a história considerada não mais como repetição, mas como um processo – que parte de um lugar distinto do lugar aonde se vai chegar –, a ação humana deixava de ser limitada pela constância das experiências passadas e a possibilidade de mudança para o futuro passava a ser, então, concebível. Koselleck (2006) aponta a aceleração das mudanças sociais como um fator primordial para que o futuro se libertasse da eterna repetição do passado.

A vivência de experiências inéditas – como as proporcionadas pelas novidades técnicas e científicas e pelas agitações políticas que tomavam corpo no século XVIII – fazia com o que passado não desse mais conta de instruir a ação humana e criava a expectativa de mudanças ainda mais rápidas e significativas para o futuro. Essa desvinculação entre passado e futuro – ou, nos termos do autor, de afastamento entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* – teria sido uma condição para o desenvolvimento da ideia de progresso do século XVIII.

Afirmar que nenhuma experiência anterior pode servir de objeção contra a natureza diferente de futuro torna-se quase uma lei. O futuro será diferente do passado, vale dizer, melhor. Todo o esforço de Kant como filósofo da história esteve voltado para ordenar as objeções da experiência contra isso, de forma a confirmar a expectativa do progresso (KOSELLECK, 2006, p. 315).

Para Koselleck, a abertura de um novo horizonte de expectativa possibilitou a formação de uma ideia de progresso terreno, com a ideia de uma perfeição divina anunciada pelas profecias cedendo lugar a uma ideia de aperfeiçoamento possível conduzido pelos próprios homens. Essa noção de progresso, conforme notado pelo autor, deu um novo sentido não só às expectativas, mas também às experiências passadas. Os grupos sociais puderam, a partir da lógica de um progresso humano único e universal, ser posicionados numa linha temporal que ia do menor grau de desenvolvimento técnico, moral e intelectual até o maior. Assim, mesmo grupos contemporâneos entre si podiam ser posicionados em tempos diferentes, como se um deles não estivesse conseguindo acompanhar a esteira do progresso.

Partindo, em grande parte, das análises de Koselleck (2006), o historiador François Hartog nota que os homens deixam de ser orientar pelo passado e passam a se orientar para o futuro, a retirar dele suas lições e explorar suas possibilidades. A ideia de que a história é um processo que leva ao progresso da humanidade não apenas separa o passado e o futuro, mas os coloca em oposição, criando um choque entre o velho e o novo. Conforme notado por Hartog (2014, p. 137), na modernidade, “o passado é, por princípio ou por posição, ultrapassado”.

Um último ponto a ser tratado é o de que, conforme apontado por Koselleck (2006, p. 31), “o homem passou a viver na modernidade, estando ao mesmo tempo consciente de estar



vivendo nela”. As mudanças técnicas, políticas e sociais não estavam confinadas aos anseios e antecipações dos homens, mas adquiriam “um rígido teor de realidade”.

Com essas discussões sobre a concepção de tempo da modernidade em mente, voltemos à narrativa de *O Mulato*. Conforme percebido por Ricardo Benzaquen de Araújo⁴, o romance realista brasileiro do século XIX apresenta traços constituintes dessa concepção, tais como a noção de história como processo e a orientação pelo e para o futuro. Vejamos se e como esses traços aparecem sob a pena de Aluísio Azevedo.

3 O TEMPO NA NARRATIVA: A TRINDADE FILOSÓFICA

Por esse tempo, os três surgiam na rua, formando cada um mais vivo contraste dos outros – Manoel com seu tipo pesado e chato do comércio; o cônego com a sua batina lustrosa, suas meias de seda escarlate, e o seu pé apertadinho no sapato de polimento; Raimundo com suas roupas parisienses, a bengala inquieta, o seu exposição da Bahia nos queixos. Formavam uma respeitável trindade filosófica, na qual o cônego representava a teologia, Manoel a metafísica e Raimundo a filosofia positivista. O que bem examinado, era a mais prodigiosa aliança que se pode fantasiar —o governo do papado, o monárquico e o republicano (AZEVEDO, 1881, p. 136-137).

Como conferido no trecho, Aluísio Azevedo esquematiza três das principais personagens de sua trama numa trindade filosófica⁵, constituída por teologia, metafísica e positivismo. Dada a sua composição, a trindade do romance parece ter sido inspirada na *lei geral do desenvolvimento do espírito humano*, de Auguste Comte, de quem o romancista era declarado e entusiasmado admirador⁶.

Essa lei era fundamentada na noção de que, ao longo da história humana, cada ramo do conhecimento teria passado – e continuaria a passar – invariavelmente por três estados:

⁴ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *História e narrativa*. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org). **Ler e escrever para contar**. Documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

⁵ A ideia da trindade filosófica está presente em crônica⁵ posterior à publicação de *O Mulato*, que apresenta o Imperador Dom Pedro II como representante da metafísica, em função de este ser o chefe do regime monárquico. A monarquia, na visão de Aluísio Azevedo, seria eminentemente metafísica devido à concepção de que o rei era predestinado ao trono e de que suas ações eram guiadas pela inspiração divina. Na mesma crônica, Azevedo se posiciona a favor do regime republicano, do positivismo e de uma concepção mundana de política, livre das influências celestiais. Cf. AZEVEDO, Aluísio. Crônica. *O Pensador*, p. 4, 10 jun. 1881.

⁶ Aluísio Azevedo chega a declarar que Comte era “a individualidade mais acentuada do nosso século, o maior benemérito da humanidade, depois de Cristo, a ciência feita homem ou o homem feito ciência, [...]” (Cf. AZEVEDO, Aluísio. Crônica. *O Pensador*, Maranhão, 10 nov. 1880) – e muitas de suas crônicas tratam de temas como educação e arte tomando partido de princípios que considerava positivistas.



“estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo” (COMTE, 1978, p. 3).

Cada estado representa, na formulação comtiana, um sistema geral de concepções sobre o conjunto de fenômenos, uma maneira de pensar sobre eles. O estado inicial, o teológico, corresponderia à investigação das causas primeiras e últimas dos fenômenos, orientando-se para conhecimentos absolutos e oferecendo explicações baseadas na intervenção de agentes sobrenaturais.

O estado metafísico seria uma simples modificação do primeiro, com a substituição das explicações sobrenaturais por fundamentos abstratos, definindo entidades inerentes aos seres como a causa dos fenômenos.

Por fim, chegando ao estado positivo, o homem, reconhecendo a impossibilidade de alcançar conhecimentos absolutos, abandonaria a busca pelas causas primeiras e se preocuparia apenas em estabelecer a relação entre os fenômenos – suas “leis efetivas” – por meio do raciocínio e da observação dos fatos. Esses estados, no esquema de Comte, seriam necessariamente consecutivos: sem o anterior, o posterior não teria condições de se desenvolver.

Percebe-se pois, graças a esse conjunto de considerações, que, se a filosofia positiva é o verdadeiro estado definitivo da inteligência humana, aquele para o qual sempre tendeu progressivamente, não deixou de precisar, no início e durante uma longa série de séculos, quer como método, quer como doutrina provisória, da filosofia teológica; filosofia cujo caráter é ser espontânea e, por isso mesmo, a única possível na origem, a única também capaz de oferecer a nosso espírito nascente o devido interesse. É hoje muito fácil perceber que, para passar da filosofia provisória para a filosofia definitiva, o espírito humano necessita naturalmente adotar, como filosofia transitória, os métodos e as doutrinas metafísicos (COMTE, 1978, p. 6).

O trecho deixa claro que, por mais que os três estados sejam necessários, os dois primeiros só têm sua existência justificada à medida em que contribuem para a formação do terceiro, “o estado definitivo da inteligência humana” (AZEVEDO, 1881, p. 5). Os “sublimes mistérios” (AZEVEDO, 1881, p. 6) dos estados anteriores são considerados incompatíveis com a razão. A *lei geral* de Comte apresenta, assim, uma concepção teleológica e linear do conhecimento humano. A passagem do tempo é um fator imprescindível para que espírito chegue ao seu estado definitivo.

Na trindade de Aluísio Azevedo, vemos os três estados de Comte caminhando juntos na cidade de São Luís. O seu primeiro elemento é a personagem de Manoel, representante da



metafísica. Diferente do proposto por Comte, o elemento apresentado pelo romance como constituinte da metafísica é o da crença na influência divina sobre a ação humana, o da crença “no diabo, na infalibilidade do Papa e na influência misteriosa dos planetas sobre a política do país” (AZEVEDO, 1881, p. 276).

Apesar de designar personagens diferentes à representação da teologia e da metafísica na trindade, a narrativa não estabelece uma fronteira evidente entre esses dois domínios. Mais do que em diferenciar teologia e metafísica, a narrativa se preocupa em opô-las à filosofia positivista.

A personagem de Manoel, que representa a metafísica é, de fato, um homem supersticioso, que acredita na influência divina sobre os acontecimentos humanos. Porém, esse não é o seu traço mais característico: não é a superstição que orienta suas ações ao longo da trama, mas sim seu “espírito de especular com tudo” (AZEVEDO, 1881, p. 26). Cada decisão de Manoel é movida por interesses pecuniários e pela necessidade de manter as aparências perante a sociedade de maneira que esses interesses fossem protegidos.

A própria decisão de receber Raimundo em sua casa e de cercá-lo de cortesias fora movida por seu interesse nos negócios do sobrinho. Já a recusa da mão da filha a Raimundo é mais devida à questão das aparências do que à do dinheiro. Raimundo vivia em ótimas condições, mas o fato de ser mulato poderia trazer problemas para a família: “Vê o senhor?! – não é por mim! Mas é pela sociedade! É pelos descendentes! É por tudo mais! – A família de minha mulher é muito escrupulosa a esse respeito, e como ela é todo o Maranhão!” (AZEVEDO, 1881, p. 322).

Chegando ao segundo elemento da trindade, temos o cônego Diogo, representante do clero maranhense e de seu poder de influência sobre a sociedade. Em toda a sua trajetória, Diogo se aproveita da estima social e da confiança inspiradas pelo ofício de clérigo para alcançar seus escusos objetivos. Diogo cometia assassinatos, se envolvia com mulheres casadas e abusava sexualmente de moças na igreja, mas, como a província confiava cegamente nas autoridades religiosas, ele continuava “a pastorear tranquilamente o seu rebanho, sempre tido na conta de homem de muita santidade e virtudes teológicas” (AZEVEDO, 1881, p. 60).

A eloquência e a mentira são dois componentes marcantes da personalidade do cônego. A missa conduzida por Diogo é apresentada como um grande espetáculo teatral,



construído para impressionar a plateia e arrebatá-los seus sentidos. Sendo a missa um espetáculo, a Igreja é o teatro, o sacristão é o contrarregista, a batina é o figurino e Diogo é o ator principal.

E ele, entre uma nuvem espessa de incenso, como um deus de magia, e todo paramentado de lantejoulas e galões, como um saltimbanco de feira, fez a sua entrada solene, lançando um olhar curioso e rápido para a plateia, com a cara cheia desse sorriso de ator velho, que leva na fisionomia o desembaraço dos grandes sucessos (AZEVEDO, 1881, p. 216-217).

A descrição da confissão de Ana Rosa, que ocorre na ocasião da mesma missa, nos dá a dimensão do efeito do espetáculo sobre aqueles que o assistiam. Diogo havia insistido que a moça se confessasse numa tentativa de descobrir se ela e Raimundo estavam tramando algo e para tentar dissuadi-la de seguir com o romance.

O cônego Diogo calculara bem, calculara como lobo velho da religião – o *mise en scene* da missa, o perfume enervante do incenso, o estômago em jejum, o mistério dos latins, a observância respeitosa do cerimonial, o esplendor dos altares, as luzes sinistramente amarelas dos círios, a imponência de sua rica toilette e a sentimentalidade do órgão, haveriam de afetar sobremaneira o ânimo altaneiro da afilhada e predispor-lo para a confissão (AZEVEDO, 1881, p. 419).

O terceiro e último elemento da trindade, Raimundo, representa o positivismo. A filosofia positivista de Auguste Comte já vinha sendo mobilizada por alguns setores da sociedade brasileira desse momento na crítica à ordem imperial e à escravidão e na defesa da secularização do Estado e de suas instâncias⁷. A personagem de Raimundo – que, assim como Aluísio Azevedo, era leitor de Comte – encarna o ideal do jovem positivista, racional, promotor da ciência e das artes. Sua intenção era viver na Corte do Rio de Janeiro, onde constituiria família, estabeleceria sua banca de advocacia, abriria um jornal democrata e levaria, enfim, “uma vida de trabalho sossegado e metódico” (AZEVEDO, 1881, p. 54).

Por meio de uma longa conversa com Manoel, temos acesso às principais convicções de Raimundo. A primeira questão tratada na conversa é a da religião e da caridade modernas. Para Raimundo, mais útil que servir a Deus seria servir à humanidade. O tempo gasto com as rezas e devoções seria melhor utilizado, segundo ele, caso fosse empregado no estudo da natureza, na expansão de negócios que empregassem pessoas, na divulgação de boas ideias – por meio da fundação de escolas ou jornais – e na educação dos filhos com base nas ciências positivas.

⁷ Para uma análise das ideias e manifestações ligadas ao positivismo no Brasil, consultar ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.



Ora diga-me cá uma coisa!... o que acha o senhor mais louvável – servir a Deus, que segundo dizem é todo poderoso e não precisa consequentemente dos meus fracos préstimos, ou servir uma parte desprovida da humanidade, que não tem o prestígio da parte forte e precisa de alguém que se desvele por ela? Não lhe parece mais leal e desinteressada a segunda hipótese? (AZEVEDO, 1881, p. 264-265).

Vemos, nesse trecho, como a questão da utilidade aparece ligada ao valor do desinteresse. Raimundo chega a afirmar que a ação não é válida caso orientada por interesse próprio, como a obtenção de algum título nobiliárquico. São esses – utilidade e desinteresse – os valores que, combinados, diferenciariam essa caridade verdadeira dos positivistas da caridade hipócrita e interesseira dos padres.

Se aplicarmos a lógica da lei formulada por Comte à trindade do romance, temos Diogo, Manoel e Raimundo como representantes dos três estágios consecutivos do conhecimento humano. Raimundo representaria, assim, o estágio mais avançado, o mais compatível com os novos tempos da razão. A interpretação da imagem da trindade como indicativa de uma noção do tempo linear e progressivo se insere na consideração de uma concepção mais ampla do tempo que é estruturada no interior da narrativa. Passemos ao exame dessa concepção.

4 O TEMPO

Ao longo de toda a narrativa, nos são apresentadas pelo narrador – ou pela própria personagem de Raimundo, em vagas lembranças de sua infância – as transformações pelas quais o Maranhão passara nas décadas precedentes. A chegada do vapor, que tornara as viagens mais rápidas; o desaparecimento das caravanas de ciganos que antes tomavam a região do Rosário: essas simples observações vão construindo a impressão de que o Maranhão não era mais o mesmo e que de muitos dos hábitos existentes na província eram vestígios de um passado que teimava em resistir à passagem do tempo. Vejamos como o narrador descreve a casa das Sarmentos, senhoras muito estimadas na província.

Era uma casa velha, um desses antigos sobrados do Maranhão, cuja espécie vai desaparecendo todos os dias. Edifício de cor duvidosa, com cinquenta palmos de alto e outro tanto de largo, barra de *blacverniz*, mostrando a calça em vários pontos, cinco janelas de peito, enfileiradas sobre quatro portas lisas e um portão central, pesado, batente de cantaria. Uma cimalha quebrada e suja, com uma fileira de telhas desiguais, cujas falhas davam-lhe o aspecto de um resto de dentadura.

Era um vestígio dos jesuítas — construção dos tempos coloniais, quando o material estava a mão e se arrancavam, sem responsabilidade, das matas e das pedreiras as opulentas madeiras e as belas pedras, com que levantavam-se, em terrenos aforados,



paredes de uma braça de largura e degraus e portas de pau santo (AZEVEDO, 1881, p. 326).

Tal como no trecho exposto, o passado tende a ser apresentado como o tempo da irresponsabilidade e da inutilidade, como o tempo de uma opulência de gosto duvidoso. Nos demais pontos em que o narrador se refere a hábitos e tradições que iam desaparecendo – e esses não são raros – sua postura não é de nostalgia nem de lamento. Quando Raimundo se recorda, por exemplo, que D. Maria Bárbara usava os dentes em forma triangular quando ele era criança, o narrador prontamente nos indica que isso era algo que “barbaramente faziam antes as senhoras no Maranhão e ainda hoje usam as mulatas” (AZEVEDO, 1881, p. 84). D. Quitéria, a falecida mulher do pai de Raimundo, é apresentada da seguinte maneira:

Se existisse hoje conheceria já o banco dos réus, mas naqueles tempos sem responsabilidade, em que o escravo era uma mercadoria portuguesa, que só servia para faltar a ganancia dos traficantes em prejuízo do Brasil, ela, como muitas senhoras brasileiras dessa época, era impudicamente na sua fazenda – o acusador, o juiz e o carrasco (AZEVEDO, 1881, p. 55-56).

Boa parte das personagens do Maranhão – em especial, as senhoras mais velhas – se apega aos costumes do passado e se queixa da chegada dos “novos tempos”. Em mais de uma ocasião, D. Maria Bárbara – “devota e absurda, como o geral das velhas brasileiras” (AZEVEDO, 1881, p. 321) – se lastima que os mulatos tivessem passado a estudar, participar dos debates políticos e frequentar a casa de brancos: “— eles hoje em dia são todos assim!... dás-lhes o pé e eles tomam a mão!... Já não conhecem o seu lugar! Tratantes! Ah meu tempo!” (AZEVEDO, 1881, p. 350-351). Outra novidade condenada por Bárbara é a falta de fé e religiosidade, o que seria responsável, segundo ela, por uma série de males.

— Meu caro senhor! Hoje já não se acredita em coisa alguma! Por isso é que os tempos estão como estão — cheios de febres, de bexigas, de tísicas e de paralisias, que nem os próprios doutores sabem o que aquilo é — diz que é beribéri ou não sei o que! Mas o que eu afianço é que nunca vi em dias da minha vida semelhante moléstia, e que o tal como chama está matando de repente, como obra do sujo! Credo! — Até parece castigo! Deus me perdoe! Isto vae tudo, mas é caminhando para uma república! Há de dar-lhes uma, que os faça ficar de dente arreganhado! Pois se já não há católicos apostólicos romanos! Já poucos são os que rezam e que sejam tementes a Deus!... Hoje... Deus me perdoe!... (AZEVEDO, 1881, p. 129-130).

D. Amância Souzellas, amiga da família, é mais um caso de aversão às novidades. Nas palavras do narrador, D. Amância “detestava o progresso” (AZEVEDO, 1881, p. 90), se



posicionando contra as inovações técnicas que, segundo ela, estariam deteriorando os costumes.

A máquina de costura estaria facilitando muito o trabalho das moças e deixando-as com tempo suficiente para se envolverem com “indecências”, enquanto a iluminação a gás poupava os escravos do trabalho de acender os candeeiros e os tornava preguiçosos e desavergonhados. A significância do trecho para a questão aqui trabalhada torna pertinente a longa citação:

No seu tempo, gritava ela às vezes com azedume — as meninas tinham sua tarefa de costura para tantas horas! E haviam de pôr para ali o trabalho; se o acabavam mais cedo do que o prazo marcado...? Iam descansar? — Boas! Desmanchavam, minha senhora! Desmanchavam, para fazer de novo! — E hoje?!... Perguntava com as mãos nas cadeiras — Hoje é o machavilismo da máquina de costura! Dá-se uma tarefa grande e é só — *zuc-zuc-zuc!* E está pronto o serviço! E daí vai a sirigaita pôr-se de leitura nos jornais, tomar conta do romance ou então para a indecência do piano — Filha sua! Jurava — não havia de aprender o tal instrumento, porque si as desavergonhadas queriam tocar era para melhor estar de conversa com os namorados, sem que os outros desconfiassem.

Falava mal da iluminação a gás:

— Dantes os escravos tinham o que fazer, dizia — depois do jantar iam todos aprontar e acender os candeeiros — limpá-los, deitar azeite novo e colocá-los em seu lugar — E hoje?! — é chegar o palitinho de fogo à bruxaria do bico de gás e... caia-se na pândega! — Já não há tarefa! Já não há cativo! É por isso que eles andam tão desavergonhados!... Chicote! Chicote! Até dizer basta! É do que eles precisam! Dizia ela essa noite à sogra de Manoel — Tivesse eu muitos! Que lhe juro pela benção de minha madrinha lhes havia de tirar sangue do lombo! (AZEVEDO, 1881, p. 90-91).

Há, ainda, o caso de Freitas, que, se não chega a reclamar do presente, demonstra bastante apreço pelas tradições passadas. Como Freitas tenta, em todas as ocasiões, impressionar Raimundo com os grandes feitos do Maranhão, não é possível determinar se os seus elogios ao passado eram sinceros ou se eram um subterfúgio para convencer o jovem da superioridade maranhense. Autêntica ou estratégica, o fato é que imagem do passado da província construída pela personagem é bastante favorável. Na ocasião da festa de S. João organizada por Bárbara — “antigo costume ainda do tempo” (AZEVEDO, 1881, p. 171) de seu falecido marido — Freitas faz o seguinte comentário para Raimundo:

— Hoje já não se faz nada, a vista do que se fez! Dizia — Bons regabofes, tivemos no tempo do coronel, em que se faziam trezenas de S. João! E era dançar para aí toda a noite, sem descansar! Meu amigo — e era uma brincadeirinha que rendia seguramente meio mês de verdadeira folia!

E com um ar misterioso, como quem vai fazer uma revelação de grande importância — Quer que lhe diga?!... As moças de hoje não valem as velhas daquele tempo! (AZEVEDO, 1881, p. 223).



As personagens mais jovens acabam conjugando traços antigos e novos. Ana Rosa, por exemplo, por mais que seja uma jovem supersticiosa e afeita aos delírios românticos, não concorda com os castigos e o tratamento cruel que a avó dispensava aos escravos. Eufrásia, amiga de Ana Rosa, apesar de apresentar trejeitos e afetações provincianas, sai em defesa de Raimundo quando as senhoras comentavam sobre sua cor, dizendo que “apesar de tudo o que se dizia nesse Maranhão velho, Raimundo era um cavalheiro distinto” (AZEVEDO, 1881, p. 354) e um bom partido, o que deixa D. Amância escandalizada.

Raimundo é a única personagem que apresenta uma postura francamente crítica em relação ao passado e ao que ele representa. Começamos pela questão da moradia no Maranhão. Depois de algum tempo hospedado na casa de Manoel, Raimundo não consegue mais conviver com as crueldades de Maria Bárbara infligia aos escravos e pede para que o tio lhe arranjasse “uma casinha mobiliada e um criado” (AZEVEDO, 1881, p. 142), ao que o tio responde: “— O doutor pensa que está na Europa ou no Rio?!... pois então casinhas mobiliadas e com criado é lá cousa que se encontre por cá?!...” (AZEVEDO, 1881, p. 142-143).

Quando Raimundo visita a imponente casa das Sarmentos, na ocasião de um velório, sente-se incomodado pelo ar insalubre devido ao “antigo costume maranhense de fechar toda a casa quando nela morre alguém” (AZEVEDO, 1881, p. 237).

Os costumes maranhenses são entendidos por Raimundo como resquícios de uma realidade antiga que deveria ser modificada pela construção de novos valores. Na ocasião de uma longa conversa com Manoel, Raimundo fala sobre a necessidade de educar as moças maranhenses de maneira a torná-las capazes “de educar homens úteis, sadios e bons, e não paspalhões, tolos, raquíticos, e religiosos, como temos tido até hoje” (AZEVEDO, 1881, p. 269).

Na mesma ocasião, quando passa a dissertar sobre a condições de vida dos escravos, Raimundo diz que, em sua época, graças aos estudos científicos, “o homem já não é um mistério” (AZEVEDO, 1881, p. 277). Mais à frente, Raimundo reflete da seguinte maneira sobre a questão da escravidão:

E lembrar-se ele que ainda hoje havia escravos, ainda havia surras, ainda havia assassinos nas fazendas e nas capitais! Lembrar-se que ainda havia cativos, porque alguns fazendeiros, apalavrados com os vigários da freguesia, batizavam os ingênuos como nascidos antes da lei do ventre livre (AZEVEDO, 1881, p. 362).



Por falar em lei do ventre livre, Raimundo tinha fé que a nova geração que surgiria a partir dela seria responsável por derrubar as antigas instituições de poder, por “devorar” a antiga geração.

- Quando do ventre livre rebentar uma nova geração de párias, mulatos, livres, inteligentes e repudiados pela velha sociedade dos brancos, quando vierem esses leões – então segure-se bem o governo no seu trono, porque essa geração há de devorá-lo! E será bem feito! (AZEVEDO, 1881, p. 282).
Onde iria parar a metafísica de nossa constituição, se não fosse a ignorância e o misticismo do povo? Creia, senhor Manoel, que, no dia que o povo conhecer seus direitos e seu valor, baqueia com todas as instituições católicas e absurdas, mas por enquanto... (AZEVEDO, 1881, p. 276).

O romancista soube explorar certa dualidade na relação da personagem de Raimundo com o passado. A princípio, Raimundo tinha seus olhos e expectativas inequivocamente voltados para o futuro. Sua intenção era liquidar seus negócios na província o mais rápido possível e seguir para a Corte, onde estaria livre para viver “para o futuro e para a humanidade” (AZEVEDO, 1881, p. 52). A lógica que orientava Raimundo para o futuro era a de que este estava aberto para a sua atuação, enquanto o passado não podia ser tocado ou modificado pelos esforços humanos.

Nunca pensou bem em sua vida e em seus antepassados – para ele estava tudo no futuro.

- O passado, dizia – era um cadáver completamente estéril – não se transformava – extinguiu-se; o futuro, sim – era a vida, a utilidade (AZEVEDO, 1881, p. 51).

A despeito de todo o desprezo pelo passado, a necessidade de ir ao Maranhão despertou em Raimundo certa curiosidade por sua história. A personagem tenta constantemente fugir do desejo de conhecer suas origens – “A história que fosse para o diabo!” (AZEVEDO, 1881, p. 52)—, mas acaba sempre formulando conjecturas a respeito de sua família e seu nascimento e chega a demonstrar interesse por recuperar os laços familiares perdidos. Os trechos a seguir demonstram muito claramente o conflito entre passado e futuro – entre elucidar sua história ou seguir com seu trabalho – pelo qual passava Raimundo.

—E sua mãe?... Quem seria? Alguma senhora culpada e receosa de mostrar sua vergonha; seria bonita? Bem educada?... Raimundo se perdia nestas conjecturas, mau grado seu desprendimento pelo passado, e sentia uma atração irresistível arrastá-lo fatalmente para a pátria —Talvez viesse a descobrir o fio do enigma! e quem sabe? — ter uma família!... Como isso lhe seria agradável! A ele, que sempre vivera só e sem uma afeição legítima e duradoura (AZEVEDO, 1881, p. 52).

[...] E com isto lembravam-lhe outras coisas, como por exemplo o macassá muito cheiroso com que Mariana lhe perfumava todas as manhãs o cabelo, porém de tudo o que melhor se recordava era dos lampiões feios com que iluminavam a cidade do Maranhão. Ainda não havia gás, nem querosene — às ave-marias vinha um preto —



era o acendedor — desatava a corrente, abria o lampião, despejava-lhe um pouco de aguarás misturada com álcool, acendia-o, guindava-o para seu lugar e seguia adiante — Que mau cheiro não havia nos cantos dos lampiões,
— Oh! O Maranhão devia ser horrível! — Uma cidadezinha cínica! Contudo Raimundo queria lá ir — sentia atrações para essa pátria... e demais, desde que se emancipara, seus interesses materiais reclamavam essa viagem — Tenho lá meu tio, irei para casa dele... (AZEVEDO, 1881, p. 84-85).

O momento em que Raimundo se depara com a sepultura sem epitáfio de seu pai é representado de maneira forte o sentimento de vazio da personagem pela falta de um passado sólido. É ainda nesse momento que Raimundo parece tomar consciência quanto à impossibilidade de recuperar esse passado, de voltar no tempo para desfrutar do seio familiar da qual ele fora tão cedo retirado.

Raimundo chegou-se silenciosamente da sepultura, descobriu-se e procurou ler na carneira alguma coisa, que lhe falasse do pai — nada! O tempo havia apagado da pedra o nome do morto, como apagara-o da memória dos homens. Ali só havia uma pedra carunchosa, negra — deixara de ser uma tabuleta, era uma tampa! Raimundo sentiu pesar-lhe dentro, como uma barra de chumbo, todo o mistério de sua vida; parecia sentir sobre si, uma outra pedra silenciosa e negra — compreendia que o seu passado era também uma sepultura sem epitáfio (AZEVEDO, 1881, p. 312).

A relação da personagem de Raimundo com o tempo será determinante na condução da personagem e no desfecho da trama. Se Raimundo tivesse se desprendido de seu passado e seguido rapidamente para a Corte — o lugar do futuro —, os acontecimentos se sucederiam de maneira diferente. Quanto mais se alonga sua estadia na província — o lugar do passado — percebemos que a personagem acaba se afastando de suas qualidades iniciais: de diligente e saudável, Raimundo se torna ocioso e acaba adoecendo.

Por fim, é assassinado a mando de um cônego, o representante do estágio teológico e de uma instituição reiteradamente apresentada como ultrapassada e bolorenta pela narrativa. A impressão deixada pelo romance, pelo total esquecimento da morte de Raimundo por parte da sociedade de São Luís e da própria Ana Rosa, é a de que a província continuaria resistindo às mudanças trazidas pelo tempo.

A concepção de tempo que Aluísio Azevedo apresenta em suas crônicas é semelhante à construída ao longo da narrativa de seu romance. Como cronista, lamentava que a província do Maranhão ainda estivesse vivendo “na decadência do século passado” (AZEVEDO, 1880, p. 3-4) em todos os seus aspectos: moral, religioso, alimentar, educacional, político. Tal como Raimundo, Aluísio Azevedo parecia ter fé na inevitabilidade do progresso e no poder da nova geração de conduzi-lo.



Não são raras as suas comemorações e elogios na imprensa quando alguma instituição ou publicação se opunha à obscuridade do passado. É da seguinte maneira que o cronista se posiciona na ocasião da abertura de um jornal batizado sugestivamente de *O Futuro*:

No primeiro número já mostra o denodo com que se atira à luta – veem-se cintilar de vez em quando o dardo da ciência e o estilete do espírito – ora se nos afigura uma avalanche terrível, que se precipita contra os vultos petrificados do passado; ora nos quer parecer um simples moço, ágil e temerário, que, com o sorriso nos lábios, desfibra peito a peito, as entranhas do mundo velho com a ponta de sua bengala. É mais um gladiador que salta na arena – é uma probabilidade de menos para os inimigos da luz (LINHO, 1881, p. 2).

É como se o dever do homem fosse romper com o passado e viver o presente de maneira a acelerar a chegada do futuro melhor, do progresso. Além disso, é possível notar certo universalismo, já que as diferentes sociedades são entendidas, nessas crônicas, como regidas pelas mesmas leis, sendo passíveis de comparação pelos mesmos princípios e de serem posicionadas numa mesma escala de progresso. Para Azevedo, a sociedade francesa era a mais desenvolvida e, portanto, deveria servir de modelo para a brasileira: “é preciso como ela caminhar firme e resoluta para diante e subir com pé seguro os degraus escorregadiços do progresso” (AZEVEDO, 1880, p. 3-4).

Em todos os tempos e em todos os lugares, sujeitos aos progressos da inteligência, o respeito mútuo de ideias e crenças, a correlação das classes e a reciprocidade dos direitos do homem constituíram uma necessidade inquestionável para o bom equilíbrio das camadas sociais.

Afastar-se deste princípio é cometer um ataque brutal ao que há de mais justo e de mais sagrado no mundo – a inviolabilidade do indivíduo, é retroceder séculos e séculos, é desprezar a melhor lei da humanidade – o direito natural; [...], é enfim abdicar de todos os foros do homem civilizado para descer ao estado inconsciente e egoísta dos brutos, dos mongololos, dos tupinambás, que comem seus semelhantes como nós comemos os bois (AZEVEDO, 1980, p. 4).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trama que se desenvolve em *O Mulato*, passado e futuro não significam apenas *o que passou* e *o que está por vir*, mas adquirem características e representam valores. O passado é o tempo da inutilidade, da irresponsabilidade e da superstição. O futuro é o tempo do progresso, da utilidade e do verdadeiro conhecimento.

Por meio de uma concepção específica do tempo, que espera por um futuro próspero, livre das experiências passadas, Aluísio Azevedo construiu uma narrativa que apresentava o



Maranhão – pelo menos aquele *Maranhão velho*, escravocrata e religioso – como fadado a desaparecer com a chegada do progresso. A impressão deixada pelo romance é de que esse desaparecimento seria inevitável e de que as atitudes provincianas seriam, por mais que os maranhenses se apegassem a elas, vencidas pelas novas ideias. As senhoras, os padres, os velhos e ricos comerciantes aparecem, para recuperar uma imagem de Koselleck, como uma espécie de *kathecon*⁸, uma contenção do futuro, que seria iminente derrubada pelas novas e saudáveis gerações.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. História e narrativa. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org). **Ler e escrever para contar**. Documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. Maranhão: *Typ. do Paiz*, 1881.

_____. Crônica. **O Pensador**, Maranhão, p. 2, 10 set. 1881.

_____. Crônica. **O Pensador**, Maranhão, p. 4, 10 nov. 1880.

_____. Crônica. **O Pensador**, Maranhão, p. 4, 20 out. 1880.

_____. Crônica. **O Pensador**, Maranhão, p. 4, 30 jan. 1881.

_____. Crônica. **O Pensador**, p. 4, 10 jun. 1881.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. In: COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências no tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HAZARD, Paul. **A crise da consciência europeia, 1680-1715**. Trad. de M. F. O. Coutto, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. de W. P. Maas e C. A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

⁸ Cf. KOSELLECK, op. cit., p. 37.



MONTELLO, Josué. **Aluísio Azevedo e a polêmica d'O Mulato**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

LHINHO (pseudônimo de Aluísio Azevedo). *Os jornais*. **Pacotilha**, Maranhão, p. 2, 17 jun. 1881.

SOROR POMPADOUR (pseudônimo de Aluísio Azevedo). *Echos da Rua*. **O Pensador**, Maranhão, p. 3, 10 mar. 1881.